

CAMINHO E CARÁTER DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA*

PREFÁCIO À VERSÃO EM ALEMÃO**

Muita coisa mudou na América Latina desde que os escritos seguintes foram publicados pela primeira vez. No Brasil, os chamados guerrilheiros urbanos foram esmagados em uma luta desigual contra a repressão, e suas organizações, com exceção de alguns remanescentes dispersos, foram destruídas. Os grupos de comandos de “ação direta” organizados militarmente não conseguiram deter a expansão econômica sob a ditadura. Ao contrário, foram vítimas dessa expansão, que muito rapidamente minou suas bases na pequena burguesia, seu criadouro natural. Mas o ponto baixo que se seguiu a essa derrota da tática militar nas cidades já ficou para trás. Por sua vez, a expansão econômica também contribuiu para elevar a autoconfiança de parcelas do operariado nos centros industriais. Passados a crise

* Escrito por Érico Sachs em setembro de 1970, sob o pseudônimo de Ernesto Martins, quando o autor se encontrava exilado no México. Circulou no mesmo ano, no Brasil, entre militantes da esquerda revolucionária, em edição mimeografada providenciada pela Organização de Combate Marxista Leninista — Política Operária (OCML-PO). Na versão em alemão o título é “Luta de classes e Subdesenvolvimento. Caminho e caráter da revolução no Brasil” (KLASSENKAMPF UND UNTERENTWICKLUNG. Weg und Charakter der Revolution in Brasilien).

** Escrito por Érico Sachs (Ernesto Martins) em Genebra, março de 1974. Tradução de Sérgio Paiva.

e o medo do desemprego, a mão de obra voltou a ser uma mercadoria cobiçada, não só a mão de obra especializada, sempre escassa no Brasil, mas também a qualificada e a não qualificada disponíveis nos centros industriais. Mesmo o terror da maquinaria repressiva não era mais suficiente para reprimir os trabalhadores. As greves da Volkswagen em São Paulo e da Atlas no Rio de Janeiro foram dois dos casos mais marcantes. Enquanto isso, a luta dos trabalhadores mais uma vez ultrapassou o nível da empresa individual. A formação de oposições sindicais, que precisam ser sistematicamente impedidas pela polícia de vencer as eleições, é um sinal do amadurecimento de novas lutas.

Por outro lado, há sinais crescentes de que a expansão econômica, o “milagre econômico brasileiro”, já passou do seu ápice. Se o ritmo da inflação no Brasil é um termômetro de sua situação econômica, a tendência dos últimos anos já se inverteu. Como a taxa de inflação anual vem diminuindo desde 1967, seu atual aumento é novamente um dos principais problemas da política governamental. Antes mesmo dos efeitos da crise internacional do petróleo, o *The Economist*, de Londres, estimava a taxa de inflação para 1973 em 20% contra os 13 a 15% indicados pelo Governo. O fato de a situação ser mais crítica do que foi admitido oficialmente ficou patente nas medidas do Governo para frear o investimento de capital estrangeiro, ao prever que 40% dos valores dos investimentos fossem depositados em moeda estrangeira. No entanto, a medida teve que ser abandonada no início deste ano, uma vez que o investimento em divisas era necessário para poder liquidar os preços mais altos do petróleo. Velhos buracos voltam a ser abertos para preencher novos, e o país se aproxima do círculo vicioso inflacionário com todas as suas consequências sociais e políticas.

Mas entre a primeira publicação desses escritos e hoje situam-se a luta e a derrota do proletariado chileno, que está sentindo

a brutalidade de uma classe dominante quando seus privilégios são violados. O instrumento dessa repressão visando à preservação da ordem, a ditadura militar, foi concebido segundo suas próprias palavras de acordo com o “modelo brasileiro”, embora neste caso os alunos se mostrem superiores ao mestre, e muitos generais brasileiros possam ficar pálidos de inveja ao admirar o banho de sangue de seus colegas chilenos. Mais precisamente, havia mais em jogo no Chile. No Brasil, os trabalhadores ainda não haviam ameaçado com o socialismo. Eles simplesmente se recusavam a carregar nos seus ombros o ônus do combate à inflação e se contentavam em querer nacionalizar algumas indústrias-chave de propriedade estrangeira. Porém, apesar dessas diferenças, há um denominador comum: quando os políticos burgueses (chamados de las momias as múmias no Chile) não conseguem colocar o proletariado em seu lugar, então deixam a cena para os militares, os “gorilas”, como são chamados em toda a América Latina.

Como em toda derrota, se a chilena serviu primeiramente para fortalecer as ditaduras militares e de direita em toda a América Latina, a importância dos acontecimentos chilenos certamente não pode ser reduzida apenas a isso. A longo prazo, as próprias experiências do proletariado chileno influenciarão as lutas de classes em todo o subcontinente. Depois de Cuba, é o Chile que contribui para o enriquecimento da experiência da classe operária na América Latina.

Cuba deu a direção socialista e, na prática, retirou da ordem do dia a “revolução democrática burguesa”. Também demonstrou na prática que a revolução socialista é a única solução que permite a um país libertar-se das garras do imperialismo norte-americano. Os líderes da revolução cubana não escolheram conscientemente esse caminho nem os guerrilheiros nas montanhas nem o PC reformista nas cidades tinham objetivos socialistas em mente. Isso foi literalmente imposto a eles pelo imperialismo, quando ficou claro que ninguém pode

se libertar de sua dominação tendo como base a ordem econômica capitalista. Esse desenvolvimento pragmático da Revolução Cubana, que representou sua força na época (não poderia ter se afirmado de outra forma, sob a correlação de forças existente), tornou-se fraqueza na hora de aplicar sua experiência ao continente. Na segunda parte, em “Luta armada e luta de classes”, procuramos abordar este problema. O fato é que o “modelo” da Revolução Cubana, a guerrilha nas montanhas que desencadeou o levante nas cidades, foi mal compreendido e absolutizado por um lado e, por outro, perdeu sua atualidade imediata na maioria dos países latino-americanos, como resultado do desenvolvimento objetivo das lutas de classes. A admissão do impasse desse tipo de “luta armada” como princípio foi a sua transferência para as cidades. E, ao fazer isso, ela aconteceu não apenas independentemente dos trabalhadores rurais, mas também das lutas do proletariado urbano, ao entrar em contradição com suas necessidades. Este tipo de “luta armada” apenas correspondeu às demandas por parte de uma minoria radical da pequena burguesia de falar e agir em nome do “povo revolucionário”. As experiências dos últimos anos em países como Venezuela, Brasil e Uruguai mostraram que a história já ultrapassou essas demandas, mas o papel que esse movimento conseguiu desempenhar ao longo dos anos indicou o grau do relativo subdesenvolvimento de nossas lutas de classes. O “castrismo”, como expressão ideológica da revolução cubana, não tinha alternativa a oferecer a isso.

A estrutura mais complexa da sociedade chilena imprimiu de antemão sua marca na luta de classes. Ao contrário de Cuba, a luta dos trabalhadores chilenos esteve colocada desde o início sob os auspícios do socialismo. A Unidade Popular havia feito campanha com um programa de ação socialista, e o PC do Chile foi o primeiro na América Latina a assinar tal programa. Tudo isso significa que o operariado chileno já tinha pouquíssimas ilusões sobre as reformas burguesas, que já

existiam para eles há anos. Mas o que os trabalhadores ainda alimentavam eram as ilusões sobre o caminho que levaria às soluções socialistas, e foi aí que entrou o reformismo.

O reformismo chileno não pode ser colocado na mesma panela do reformismo europeu; ele não integrou a classe trabalhadora ao sistema capitalista muito menos ao imperialista. Declarou guerra ao grande capital nacional e estrangeiro, prometeu estatizar e nacionalizar (e cumpriu essas promessas) e construir um Chile socialista. O reformismo expressou-se principalmente nos métodos de luta que propôs. Foi o “caminho legal” de Allende que reuniu sob o mesmo teto as várias facções reformistas, do PC aos socialistas cristãos.

Não há dúvida de que o programa da UP no governo Allende correspondia ao nível de consciência da classe operária. O operariado chileno, fortalecido por longos períodos de democracia parlamentar, havia formado seus sindicatos e partidos políticos, organizações de massa que não são tão comuns naquela parte do mundo. Sem dúvida, essas circunstâncias ajudaram a influenciar ideologicamente a classe trabalhadora, mas o reformismo dos principais partidos operários não agiu para neutralizar isso. Não se deve esquecer de que, apesar dessa persistência de ilusões democrático-parlamentares, o operariado organizado era crítico. Ele tinha atrás de si a experiência da Frente Popular, governo de coalizão com partidos burgueses. Ele não queria repetir essa “experiência”. O programa de ação do governo excluiu desde o início a participação de parceiros burgueses. Não foi por acaso que a aliança que levou Allende ao poder não se chamava mais “Frente Popular”, mas “Unidade Popular” uma nuance que a imprensa burguesa europeia nunca entendeu.

Também logo ficou claro que a classe operária estava aprendendo mais rápido do que seus expoentes políticos na “Unidade Popular”. Quando a Reação, após as eleições municipais de abril de 1971, se voltou para a ofensiva aber-

ta, que atingiu um auge provisório na primeira “greve dos ônibus”, a atitude da classe operária e a do governo já eram opostas. Enquanto os operários respondiam com requisições, expropriações de fábricas e criação de órgãos de autogoverno, tudo a caminho de esmagar a rebelião das classes médias, a direção da UP preferia a solução da entrada dos militares no governo. Se a maioria da classe operária aceitou essa solução e não se rebelou, foi porque via o governo de UP como o “seu” governo. Na realidade, o envolvimento dos militares não só deu início praticamente à capitulação, como também mudou fundamentalmente o caráter do governo. Pôs um fim definitivo à fase de governo operário e camponês, função que mais ou menos até então a equipe de Allende desempenhara. Na prática, a executiva da UP passou de fator impulsionador do processo a fator impeditivo.

O abismo entre liderança e massa ficou ainda mais claro na segunda “greve” dos caminhoneiros, quando o proletariado industrial formou os *Cordones Industriales* e os *Comandos Municipales*. O fato de essas tentativas de autogoverno da classe trabalhadora ainda não terem se tornado um órgão efetivo de duplo poder, no sentido de conselhos ou soviets como interpretava o MIR deve-se ao fato de que eles ainda não haviam se reunido em escala nacional, por meio de um congresso e da criação de uma Executiva. Isso também se deve ao fato de que uma parte suficientemente grande do proletariado ainda não ter entrado em conflito aberto com a política da UP. O governo tinha, pelo menos, conseguido atribuir funções defensivas em escala local aos *cordones* e *comandos*, cujas formação e propagação não pôde impedir. Qualquer desenvolvimento adicional dessa situação foi interrompido pelo golpe militar.

Este fato não pode diminuir a importância dos *cordones* para o futuro das lutas de classes na América Latina. Os soviets russos, que surgiram em 1905, não apenas ressurgiram espontaneamente na Rússia em 1917, mas também se espa-

lharam pela Europa Ocidental um ano depois sob a forma de conselhos,* entre outras. Na América Latina nenhuma reação, por mais sangrenta que seja, pode desfazer a experiência dos *cordones*; nenhum militar pode fechar as fronteiras de seu país tão firmemente que impeça o enlace das experiências do país vizinho com as novas situações revolucionárias.

Porém, também as experiências revolucionárias não se afirmam em linha reta e de forma “lógica”. Por enquanto, a esquerda latino-americana sofreu sua primeira derrota, e isso nunca é fácil. Nos últimos anos, os observadores de mentalidade marxista e esta é uma grande parte da esquerda latino-americana encararam duas linhas no continente: a da “legalidade”, como praticada pela UP chilena, e a da “luta armada”, que representa para grupos pequeno-burgueses a única ação aceitável de conteúdo revolucionário. Os extremos alimentam-se uns dos outros — isso tem sido frequentemente observado. Às vezes, as mesmas forças também vão de um extremo ao outro — como nos mostrou o exemplo de Debray. É de se esperar, porém, que justamente no Chile, onde emergiu um movimento proletário de massas de caráter marxista, se tal fase vier a ocorrer, ela nunca será tão importante como foi em outros países latino-americanos.

Para o próprio Brasil, vemos pouco perigo de um ressurgimento desse tipo de luta armada como resultado do evento chileno. A experiência própria dos últimos anos foi bastante rica em relação a isso.

Quando tornamos esses escritos acessíveis aos leitores europeus de hoje, não somos movidos apenas pelo desejo de contribuir para a troca geral de experiências na esquerda revolucionária internacional. Por muito tempo uma auréola bastante romântica se formou nos países industrializados em torno das lutas de classes na América Latina, e as expectativas muitas vezes acrí-

* *Räten*. [Nota do tradutor].

ticas colocadas no chamado “Terceiro Mundo” provavelmente deveriam ajudar a superar o período de seca que a esquerda revolucionária europeia passava. Mas isso não ajuda ninguém. Ficamos felizes em prescindir dessa auréola, e a romantização geralmente não passa de um recuo para os métodos pré-marxistas. Da mesma forma, nós, marxistas em países subdesenvolvidos, nunca nos entendemos como vivendo em um “Terceiro Mundo”. Vemos nossos países como parte do mundo capitalista, no qual o imperialismo e o subdesenvolvimento são faces inseparáveis e complementares de um sistema que só pode ser derrotado e superado em uma luta comum. Portanto, também não consideramos secundário que uma compreensão mútua dos problemas se desenvolva com base na independência dos diferentes movimentos. Isso é em si e para si um pré-requisito para qualquer solidariedade internacional efetiva. Tanto hoje, quando deve limitar-se principalmente a declarações de princípios, como amanhã, quando voltará a ser uma força material, através da coordenação da luta em diferentes países.

Ernesto Martins
Genebra, março de 1974